

Entre texto e contexto: a ambiguidade do romance *Os brahmanes* (1866), de Francisco Luís Gomes

Hélder Garmes

Resumo: O presente artigo faz um recorte na crítica acerca do romance *Os brahmanes* (1866), de Francisco Luís Gomes (1829-69), e discute sua composição formal e ideológica. Primeiramente, apresentam-se o autor, o romance e o contexto de sua publicação, tendo em vista o pouco conhecimento que se tem da obra. Posteriormente, comentam-se os textos de alguns críticos que já se debruçaram sobre o romance. Ao final, fazem-se algumas observações sobre a forma ambígua desse romance e sobre o sentido de estudá-lo na atualidade. **Palavras-chave:** romantismo, literatura goesa de língua portuguesa, literatura portuguesa, romance, Francisco Luís Gomes.

Abstract: *This article examines The Brahmans (1866), a novel written by Francisco Luís Gomes (1829-69), and reflects on its ideological and formal composition. Because this novel is little known, it begins by presenting the author, the novel and the context of its publication. After that, the article comments on some texts about the novel. Finally, it offers some observations about the ambiguous structure of the novel and about why we should continue to study it today. Keywords: Romanticism, Portuguese language Goan literature, Portuguese literature, novel, Francisco Luís Gomes.*

O autor e o romance

Poucos são aqueles que, no Brasil, conhecem o romance *Os brahmanes*,¹ do escritor Francisco Luís Gomes, oriundo de Goa, ex-colônia de Portugal na Índia. Publicada em 1866, em Lisboa, a obra alcançou relativo sucesso: teve críticas favoráveis na imprensa portuguesa no ano de sua publicação; no ano seguinte foi publicada no folhetim do *Diário do Rio de Janeiro*; ganhou, tempos depois, versões para o inglês (1889, 1931 e 1971, na Índia) e para o francês (1870, em Portugal); foi reeditada em 1898 na forma de folhetim em Portugal; em 1928 apareceu em Goa, pela primeira vez, no corpo da edição das obras completas do escritor em três volumes; em 1969 surgiu outra edição, quando do centenário da morte do autor; recentemente, em 1998, teve sua última edição, em Lisboa.² Hoje o romance se encontra disponível, em sua versão de 1866, na página do Google livros.

Enfim, se *Os brahmanes* nunca se constituiu num fenômeno de vendas ou num paradigma de qualidade literária, conseguiu manter reedições desde o seu surgimento em 1866. Ficou conhecido como o primeiro romance indiano de língua portuguesa, o que não é uma classificação que descreve exatamente o lugar que ocupa no atlas do romance de língua portuguesa, para parafrasear a expressão de Moretti,³ tendo em vista que o escritor o concebeu quando já vivia há alguns anos em Portugal e sua publicação em Goa só se deu meio século depois.

Francisco Luís Gomes teve uma vida relativamente bem-sucedida no âmbito da intelectualidade do século XIX em Portugal. Nascido em 1829 em Navelim, vila de Salcete, em Goa, ali se formou em medicina, tendo seguido para a metrópole portuguesa aos 31 anos, eleito para ocupar o lugar de deputado nas Cortes. Em Lis-

- 1 Mantém-se aqui a grafia do título original do século XIX pelo fato de a edição mais recente da obra, utilizada para a produção deste artigo, assim proceder, a saber: GOMES, Francisco Luís. *Os brahmanes*. Prefácio de Pedro Teixeira da Mota. Lisboa: Editora Minerva, 1998.
- 2 Sobre as edições do romance, conferir: COSTA, Aleixo Manuel da. *Dicionário de literatura goesa*. Macau: Instituto Cultural de Macau, Fundação Oriente, 1996, v. 2, p. 47-8; DEVI, Vimala; SEABRA, Manuel de. *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971, v. 1, p.196-200; MACHADO, Everton. *Christianisme, castes et colonialisme dans le roman Les Brahmanes (1866), du goannais Francisco Luís Gomes (1829-1869)*. Thèse de Doctorat, Université Paris IV, Sorbonne, École Doctorale Littératures Françaises et Comparée; Universidade de São Paulo, FFLCH, 2008, p. 200-1 (Directeurs de thèse: Pierre Brunel et Sandra Margarida Nitrini).
- 3 MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu – 1800-1900*. Trad. de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003.

boa, estabeleceu contato com alguns nomes importantes, colaborando no periódico *A Revolução de Setembro* (1840-1901),⁴ entre outros, e estando na origem, em parceria com Antonio Augusto Teixeira de Vasconcelos, em 1862, da *Gazeta de Portugal*, cujo folhetim deu a público os primeiros textos de Eça de Queirós (posteriormente publicados sob o título *Prosas bárbaras*). Viajou para a Inglaterra e para a França, tendo estabelecido contato com o economista inglês Stuart Mill e com o escritor francês Alphonse de Lamartine. Além de uma importante biografia do Marquês de Pombal, escreveu sobretudo acerca de economia política e, em reconhecimento a tais trabalhos, recebeu o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Louvain, na Bélgica. Renovou seu mandato de deputado por quatro vezes, o que lhe permitiu permanecer em Portugal até 1869, quando, acometido de tuberculose, morreu, já a bordo do *Massélia*, em viagem de retorno para Goa.

Como se constata, foi um liberal no momento em que o liberalismo era a vertente política dominante em Portugal. Desde 1821, quando a família real retornara do Brasil com o compromisso de assinar a primeira Carta Constitucional portuguesa, os políticos liberais tentavam instituir uma monarquia constitucional. Após tensa guerra civil contra o irmão d. Miguel, d. Pedro IV de Portugal (ou d. Pedro I do Brasil) instituiu em 1834 a tão almejada monarquia constitucional de fundamentação liberal. Divididos entre posicionamentos mais moderados, como os cartistas, ou mais radicais, como os setembristas, o liberalismo ganharia maior estabilidade em Portugal após o movimento de Regeneração de 1851, do qual participou ativamente Alexandre Herculano. A partir dali, a vida política portuguesa tornou-se menos atribulada, passando a alternar o poder entre o Partido Progressista Histórico e o Partido Progressista Regenerador.

A Igreja católica e os morgados, que já vinham perdendo terras e bens para o Estado, sofreram desamortizações em 1861 e em 1866, ano em que se publica o romance. Adepto do Partido Regenerador, Francisco Luís Gomes via como necessária a separação entre Igreja e Estado e cultivava um sentimento religioso muito próximo daquele cristianismo primitivo difundido por Alexandre Herculano. Por outro lado, tal qual o autor de *Eurico, o presbítero*, defendia o direito histórico ao Padroado Português do Oriente, ou seja, a concessão dada a Portugal no século XVI, pela Igreja católica, para controlar toda e qualquer atividade de catequese no Oriente, logo contestada

4 O periódico era um órgão liberal vintista, isto é, órgão que lutava pela restauração da Constituição de 1822, contra a Carta Constitucional de 1826, que o nosso d. Pedro I (Pedro IV de Portugal) havia levado consigo em seu retorno a Portugal.

pela Propaganda Fide (congregação da Santa Sé), em vista da incapacidade dos portugueses de manterem adequadamente tal missão.⁵ Portanto, Gomes se alinhava com os cristãos liberais, que acreditavam na revitalização da Igreja católica a partir da revalorização de seus princípios humanitários, fundamentados na descentralização do poder e na justa partilha dos bens materiais, mas não deixava de defender a hegemonia do Estado português no controle da catequização católica no Oriente. **O** romance *Os brahmanes* é a única incursão de Francisco Luís Gomes pela narrativa ficcional e foi concebido a partir dos princípios do liberalismo político e econômico e do sentimento patriótico e cristão que, como é possível inferir do que foi dito acima, caracterizaram certo estrato dos liberais daquele momento.

Sua diegese é bastante complexa. Magnod, um brâmane ortodoxo, trabalha para uma rica família de irlandeses, donos de plantação de tabaco no Norte da Índia, em Fizabad. Certa feita, Roberto, um dos membros da família, recém-chegado da Inglaterra e desconhecedor das tradições bramânicas, faz com que intocáveis agarrem Magnod e o carreguem até ele, além de, em meio a uma forte discussão, atirar sobre o brâmane um prato de *roast-beef*. Por conta dos contatos com os párias e com a carne de vaca, considerados impuros, Magnod julga que perdeu sua casta e foge dali com o intuito de retornar e se vingar de Roberto. Deixa sua mulher, que logo se suicida, e dois filhos, que ficam abandonados. Estes acabam sendo enviados para Londres com o objetivo de serem criados junto à filha de Roberto. Este adotara as crianças na tentativa de se redimir das consequências de seu ato impulsivo.

Magnod torna-se um *thog*, membro de uma espécie de seita que tinha por finalidade matar e roubar. Retorna rico a Fizabad, disfarçado, sob o nome de Sobal. Magnod mata Ricardo, primo de Roberto, e quase consegue matar seu antagonista, mas, ao ver o que este fizera por seus filhos e, sobretudo, após a intervenção de um padre português, Frei Francisco, acaba por perdoar seu inimigo e por se converter ao catolicismo, adotando o próprio nome de Roberto. Ao final, o filho de Magnod casa-se com a filha de Roberto.

5 Cf. Machado, op. cit., p. 157-70.

A crítica inaugural

Os primeiros comentários acerca do romance aparecem na imprensa portuguesa no momento de sua publicação: na *Gazeta de Portugal*, assinado por Pinheiros Chagas, no *Jornal do Commercio*, assinado por D. M. F., e em *A Revolução de Setembro*, sem indicação de autor. Os três textos são laudatórios e foram reproduzidos pela imprensa de Goa em 1867, na *India Portuguesa*.⁶ Não é possível deixar de observar que o autor do romance era um dos fundadores da *Gazeta de Portugal* e um colaborador de *A Revolução de Setembro*, o que faz pensar na estratégia de “elogio mútuo” de que falava Antero de Quental em relação ao grupo de Antônio Feliciano de Castilho na famosa Questão Coimbrã. O fato é que somente o *Jornal do Commercio* chamou a atenção para um problema de verossimilhança na diegese, notando que o protagonista é um assassino que, em dado momento, se entrega à justiça, mas acaba não sendo punido, sem que nos seja dada alguma explicação para tanto.⁷

Acerca da crítica de Pinheiro Chagas, ainda que seu intuito fosse elogiar a obra, não deixa de ser a mais perspicaz das três. Entre outros comentários, ressalta o vínculo que *Os brahmanes* pode ter com *Os miseráveis*, de Victor Hugo, relação que será explorada de forma muito pertinente por Everton Machado.⁸ Além disso, procura explicar o fato de o romance passar-se na Índia inglesa e não na Índia portuguesa:

Anglo-Indiana, porque? Porque (será uma gloria nossa) nas possessões portuguezas estão por tal modo amalgamadas as raças conquistadora e conquistada que formam uma unica população, e que não ha entre ellas as diferenças profundas que o insupportavel orgulho britanico tem conservado, não só com grave prejuizo da civilisação, mas tambem da dominação ingleza.⁹

Como a intenção de Francisco Luís Gomes era a de retratar o brâmane em sua versão mais tradicional e ortodoxa, Pinheiro Chagas conclui que este só poderia

6 *A India Portuguesa*, 1867, 6 fev., n. 319, p. 3-4.

7 “[...] o Brahamane Magnod não foi castigado pelo assassínio de Ricardo, primo de Roberto. Magnod desaparece como Nana Saib” (*A India Portuguesa*, 1867, 6 fev., n. 319, p. 3). O crítico compara Magnod com Nana Saib, um dos líderes indianos da Rebelião de 1857, que desapareceu sem ser condenado pela justiça inglesa. No romance, Magnod é preso, mas retirado dali justamente durante a Revolta de 1857. Passado tal episódio, não se volta a falar de sua condenação judicial pelo assassinato de Ricardo.

8 Cf. Machado, op. cit., p. 227-37.

9 *A India Portuguesa*, 1867, 6 fev., n. 319, p. 3.

ser encontrado em território indiano ocupado pela Inglaterra. Identifica, assim, de forma muito acertada, a perspectiva ideológica que orienta o narrador do romance e da qual demonstra partilhar, isto é, a de que a colonização portuguesa era mais solidária e integradora do que a britânica.

O terceiro artigo, saído em *A Revolução de Setembro*, mais reproduz trechos do romance do que disserta sobre ele, valendo destacar apenas que reconhece no texto de Gomes “um estudo consciencioso da casta conhecida pelo nome que serve de título ao livro”.¹⁰ Os brâmanes cristãos de Goa devem ter lido o adjetivo “consciencioso” com certo incômodo, pois tinham ciência de que Francisco Luís Gomes era um *chardó*, isto é, pertencente a uma casta concorrente à deles.

Temos, portanto, nesses primeiros artigos laudatórios sobre o aparecimento do romance, que aqui designaremos de *crítica inaugural*, aspectos que serão largamente discutidos na crítica da qual será objeto: 1) o modelo literário europeu, sobretudo português e francês, aplicado a uma realidade que lhe é estranha; 2) o debate acerca das especificidades e concorrências dos modelos coloniais português e inglês; 3) a disputa entre as castas do hinduísmo e suas complexas relações com a estrutura social do colonialismo português, fundamentada na fé, cor e classe social dos indivíduos. Estavam traçadas as principais linhas de força do debate crítico que o texto de Gomes inspirou até o momento.

As críticas de referência

A primeira crítica de referência sobre o romance aparece no texto do padre Filinto Cristo Dias, *Esboço da história da literatura indo-portuguesa*. Classificando a obra como romântica, observa que:

Os brâmanes soam como uma pregação de ampla ressonância com que a pena de Francisco Luís Gomes anuncia *urbi et orbi* a mensagem de um são liberalismo, profundamente impregnado de princípios cristãos. [...] *Os brâmanes* é portanto um romance de tese. Através dessa forma literária combate o autor a injustiça das distinções originadas no sistema social de divisão de castas ou de raças. A par da tese que acabamos de indicar, debatem-se também várias outras questões de perto e de longe, como por exem-

¹⁰ *A Índia Portuguesa*, 1867, 6 fev., n. 319, p. 4.

plo, a profissão das bailadeiras, a acção nociva do jogo, o direito do Padroado Português na Índia, a instituição sanguinária dos togues, etc.¹¹

Quanto à tese central do romance, combatendo as distinções de casta e de raça, Dias considera que “A questão central que se agita, pois, através de *Os brâmanes* é o conflito entre dois bramanismos: bramanismo branco e bramanismo de cor”.¹² Seria o mesmo que dizer que haveria um sistema social de distinção europeu (de raça) e um indiano (de casta) e que no romance tais sistemas se encontrariam em conflito. Ambos se equivaleriam, da perspectiva do narrador, em promover distinções injustas e deveriam ser abandonados, como acontece ao final do romance, quando o filho de Magnod se casa com a filha de Roberto, superando os preconceitos dos dois bramanismos.

Ao narrar a diegese do romance, compara Frei Francisco ao bispo Myriel, de *Os miseráveis*, de Victor Hugo, e ao *Pároco da aldeia*, de Alexandre Herculano, retomando, ao menos no que se refere à obra de Victor Hugo, a crítica de Pinheiro Chagas. Além disso, observa como o romance apresenta, além da tese central, uma gama de tópicos que são analisados e discutidos pelo narrador, o que será um aspecto desenvolvido pela crítica posterior.

Outra crítica importante para o romance é a de Vimala Devi e Manuel de Seabra, autores de *A literatura indo-portuguesa*, obra fundamental para todos os que pretendem estudar a literatura de língua portuguesa de Goa. Comentando a crítica inaugural acerca do romance e também aquela feita por Joseph da Silva, que verteu o romance para o inglês, observam que

Os brahmanes não é um romance de terceira ordem, como o esquecimento a que foi votado pode levar a supor. É apenas um romance primitivo, escrito numa época em que a técnica literária não tinha atingido a perfeição quase científica dos nossos dias, um romance com todos os defeitos, como disse Joseph da Silva, dos romances portugueses da época.¹³

11 DIAS, Filinto Cristo. *Esboço da história da literatura indo-portuguesa*. Goa, Bastorá: Tipografia Rangel, 1963, p. 12.

12 Idem, p. 16.

13 Devi & Seabra, op. cit., v. 1, p. 196-7.

Finalizam essa passagem comparando-o a *A mantilha de Beatriz* (1878), de Pinheiro Chagas, o que nos permite concluir que esta não é a crítica mais elogiosa que o romance mereceu, embora Devi e Seabra revelem grande simpatia pela obra de Gomes. O fato é que o romance é lançado na vala comum dos romances românticos portugueses da qual efetivamente faz parte, se pensarmos unicamente em sua interlocução com o cânone da literatura portuguesa. Todavia, a simpatia que revelam pelo romance indicia que, no contexto da literatura goesa, matéria-prima dos dois críticos, o romance ganha um lugar de destaque, não somente por ser o primeiro, mas também porque apresenta qualidade formal.

Concordando com o padre Filinto Cristo Dias sobre o caráter romântico da obra, divergem, entretanto, no que concerne à eficácia da tese defendida.

A tese de Francisco Luís Gomes é a injustiça do sistema de castas, que ataca valerosamente, sem, no entanto, lhe apontar uma solução, indispensável num romance de tese como este. Francisco Luís Gomes confunde solução com moral, atitude, de resto, muito corrente. E a moral do seu romance é o triunfo da caridade sobre a paixão, muito ao gosto da época, a qual, aliada a uma intriga bem delineada de *roman passionnel*, faz de *Os brahmanes* uma obra que ainda hoje se lê com interesse, pois o autor consegue mesmo comunicar-lhe um forte *suspense* que prende o leitor.¹⁴

Ainda que vendo defeitos na obra, como o que entendem ser a falta de solução para a tese ali proposta, Devi e Seabra identificam no romance uma diegese bem elaborada, atuando sobre a expectativa do leitor. Essa reflexão, mesmo curta, sobre a urdidura do texto, contrapondo-se aos defeitos que lhe são atribuídos, permite aos críticos valorizarem o romance de forma original, se tomamos por referência a crítica inaugural. Aqui vale mais a forma literária do que a tese e os debates de ideias que integram o romance. É certo que nas críticas anteriores muitos elogios foram feitos ao estilo da obra, mas sempre vagos, jamais formalmente identificados. Devi e Seabra valorizam no romance sua capacidade de produzir deleite na leitura, uma das mais caras qualidades de qualquer objeto estético.

Por outro lado, classificar o texto de Gomes com o adjetivo “primitivo”, ainda que matizado por aquilo que entendem ser a evolução da forma romanesca, acaba por apelar para a complacência do leitor e do crítico, o que em última instância desqualifica a obra. Em resumo, podemos dizer que, entre elogio e detração, a crítica de Devi

14 Devi & Seabra, op. cit., v. 1, p. 197.

e Seabra faz de *Os brahmanes* um romance comum, pouco elaborado no plano da forma e das ideias, mas que desperta a curiosidade e o prazer da leitura, ocupando o lugar do primeiro romance de língua portuguesa da literatura de Goa.

Novos olhares críticos

Nas últimas décadas, alguns poucos críticos se debruçaram sobre o texto de Gomes, mas ainda assim não seria possível comentar todos eles no presente artigo. Destacaremos aqui dois, que consideramos paradigmáticos: Everton Machado e Rochelle Pinto. Em 2008, Everton Machado realizou o primeiro trabalho de fôlego sobre o romance, intitulado *Christianisme, castes et colonialisme dans le roman Les Brahmanes (1866), du goannais Francisco Luís Gomes (1829-69)*. Trata-se de uma tese de doutorado na qual valoriza o diálogo entre o romance e a tradição literária portuguesa e francesa, trabalhando de modo exaustivo aquelas relações que Pinheiros Chagas apenas apontara, como o vínculo do romance com *Os miseráveis*, de Victor Hugo, ou a presença do pensamento de Lamartine, entre muitas outras relações e observações de sua própria lavra. Muito do que é dito sobre a vida e a obra de Francisco Luís Gomes neste artigo deve-se ao trabalho de Everton Machado.

Adotando a distinção entre anticolonialismo e anti-imperialismo elaborada por Edward Said, Machado¹⁵ considera que Francisco Luís Gomes seria não um anti-imperialista, mas sim um anticolonialista, “lutando em seu livro contra os abusos perpetrados pelo colonizador, mas sem questionar quer a superioridade do Ocidente, quer a superioridade da raça branca, não obstante seu pertencimento à raça subserviente, ou precisamente por causa disso”.¹⁶

Traz ainda subsídios para que a obra seja compreendida dentro do pensamento indiano daquele momento, identificando sua interlocução com os reformistas bengalis do movimento Brahma Samaj, fundado por Ram Monhan Roy (1774-1833), que defendiam reformas inspiradas no pensamento europeu.

Estabelece também relações do texto com a história dos conflitos de fundamentação independentista da Índia inglesa, traçando um paralelo entre a perda da casta de

¹⁵ Machado, op. cit., p. 390-1.

¹⁶ [...] *se battant dans son livre contre les abus perpétrés par le colonisateur, mais sans remettre en question tant la supériorité de l'Occident que celle de la race blanche, nonobstant son appartenance à une race asservie, ou précisément à cause de cela même.* (Machado, op. cit., p. 391).

Magnod na diegese do romance e a perda da casta dos cipaios. Cipaios eram os soldados indianos a serviço do colonizador inglês que, por conta dos fuzis *enfield*, feitos de material considerado impuro pelos hindus, provocaram a Rebelião de 1857,¹⁷ episódio histórico muito caro aos independentistas indianos, por ser considerado a primeira ação de peso contra a dominação inglesa. O episódio histórico faz parte da diegese do romance, mas Machado traz para a discussão algumas de suas motivações e a analogia com o drama vivido por Magnod.

A tese de Everton Machado dá conta exemplarmente das relações intertextuais do romance com a tradição literária europeia, assim como de sua adesão à mentalidade ocidental e de suas relações com a historiografia indiana,¹⁸ constituindo-se numa contribuição sem precedentes para o entendimento do texto.

Interessa aqui, todavia, também chamar a atenção para o diálogo que o romance estabelece com a elite letrada goesa e, portanto, com determinada comunidade indiana: católica, falante do português, “europeizada” mas não europeia. Publicado em Goa somente em 1928, é certo que Francisco Luís Gomes sempre teve o público goês como parte de seus leitores virtuais. Lido no contexto das disputas entre brâmanes e *chardós* (castas concorrentes de Goa, como já mencionado), o texto ganha um sentido todo peculiar, pois Gomes é um *chardó* condenando o bramanismo. Ainda que a condenação do sistema de castas incluía a condenação aos próprios *chardós*, o fato de um *chardó* escrever sobre brâmanes, desqualificando o bramanismo, provavelmente não passou despercebido por estes últimos. Tal recepção do livro, no entanto, é difícil de precisar, pois a concorrência entre brâmanes e *chardós* se dá, por vezes, de forma bastante sutil, por serem grupos que, em vista de sua conversão ao cristianismo, não deveriam ater-se ao sistema de castas. Daí não exporem suas diferenças de modo explícito, ainda que a conversão ao cristianismo nunca tenha conseguido aniquilar a identidade de casta. Isso é historicamente comprovado em inúmeros documentos com designações como “brâmanes cristãos”, “*chardós* cristãos”, entre outras, que denunciam a permanência daquela identidade sob a identidade cristã.

17 As causas dessa rebelião são complexas e muito debatidas na historiografia indiana. Para sua melhor contextualização, ver, por exemplo, o livro organizado por P. C. Joshi, *Rebellion 1857*. New Delhi: National Book Trust, 2007.

18 “[...] a mensagem do romance *Os brahmanes* se dirige inteiramente à Europa, mesmo naquilo que concerne ao bramanismo ‘moreno’, pois este se dirigiria à Inglaterra, que deveria convencer os hindus acerca da necessidade de mudar de religião” – “[...] *le message du roman Les brahmanes s’adressait entièrement à l’Europe, même en ce qui concerne le brahmanisme ‘brun’, car il revenait à l’Angleterre de convaincre les hindous de la nécessité d’un changement de religion*” (Machado, op. cit., p. 384).

Não nos parece casual, portanto, que o texto de Gomes só tenha aparecido em Goa em 1928. Num artigo publicado anteriormente a sua tese, Everton Machado¹⁹ menciona esse possível sentido que o romance poderia ter adquirido em Goa, mas prudentemente não vai adiante. Aqui também não podemos demonstrar tal suposição por falta de dados, mas reiteramos essa possibilidade, pois nos parece bastante plausível. Ressalta-se neste artigo essa interlocução específica da obra de Gomes porque, para além do sentido que a obra tem em relação à tradição literária e intelectual europeias, o texto traz marcas de seu lugar de enunciação: o de um goês *chardó* que faz parte da elite política portuguesa e, enquanto fala a essa elite, inevitavelmente também fala aos goeses. Esse aspecto foi pouco trabalhado pela crítica.

Romance e diálogo colonial

Em 2003, publicamos o texto “Identidade mestiça de Goa a Cabo Verde”, que trata de *Os brahmanes*, de Francisco Luís Gomes, comparando-o ao romance *O escravo* (1857), de José Evaristo de Almeida, português que, radicado nas colônias, revela forte adesão à realidade cabo-verdiana. Ali constatávamos que ambos os escritores:

[...] tiveram que criar uma condição sociologicamente verossímil para que fosse possível o envolvimento amoroso entre os protagonistas, o que resulta num trabalho de cunho romântico, mas de base naturalista. Podemos mesmo afirmar que a necessidade de “sociologizar” o contexto dos amantes é característico do romance romântico no espaço colonial, assim como a descrição detalhada de tudo aquilo que não é europeu: vegetação, clima, vestuário, festas etc. [...]. Assim, na contramão da estética romântica, há primazia do elemento sociocultural sobre o elemento subjetivo, o que parti-

19 “No entanto, o cristianismo não conseguiu abolir o sistema de castas em Goa. Uma nova casta tinha mesmo surgido no seu seio, aquela dos *chardós*, situada logo após a dos brâmanes e à qual, aliás, Francisco Luís Gomes pertencia. Seria o caso de se perguntar se no seu romance não haveria uma visão comprometida com esse lugar, se bem que Gomes critique severamente o castismo: não se derivaria muito simplesmente a questão do meio hindu?” – “*Or le christianisme ne réussit point à abolir le système des castes à Goa. Une nouvelle caste avait même surgi dans son sein, celle des chardó, placée tout de suite après celle des brahmanes et à laquelle, d’ailleurs, Francisco Luís Gomes appartenait. Il serait le cas de se demander si dans son roman nous n’avons pas affaire à une vue partisane, bien que Gomes critique sévèrement le castéisme: ne déplacerait-il pas tout simplement la question sur le milieu hindou?*”. MACHADO, Everton V. “*Un Goannais contre les castes de l’Inde et le British Rule*”, *Bulletin d’études indiennes*, n. 26-7, 2008-9, p. 64 nota 48.

culariza o romantismo nos espaços coloniais. No lugar do conflito amoroso, temos o conflito cultural.²⁰

Rochelle Pinto, em um fundamental estudo sobre a intelectualidade goesa dos séculos XIX e XX, intitulado *Between empires – prints and politics in Goa*, publicado em 2007, ao abordar a presença ali do gênero romance e sua matriz europeia, observa que:

Romancistas [coloniais] não se alimentavam somente das normas estilísticas de outros romances, pois os romances não ocupavam um lugar de autonomia estética que garantisse que os empréstimos se mantivessem dentro dos limites do gênero. Embora determinados romancistas mencionassem influências específicas e intenções estilísticas, a contraditória e relativamente nova posição da estética literária colonial também determinou como a questão da forma foi decidida. [...] Os romances não foram, no entanto, oficinas secretas de teorias do nacionalismo cultural.

[...]

Dentro de uma situação colonial, onde a autonomia da representação literária é irrelevante, a etnografia colonial pode ter fornecido a forma narrativa dominante que informou a prática narrativa em várias esferas.²¹

E mais adiante busca demonstrar que, no que concerne ao romance goês, “a estrutura e a forma do romance se alimentavam dos gêneros de imprensa dominantes na escrita histórica e etnográfica praticada pela elite goesa” [...]. Logo, *Os brahmanes*, dessa perspectiva, “pode ser lido como um texto que empregou as estratégias de

20 GARMES, Hélder. “Identidade mestiça de Goa a Cabo Verde”. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (Orgs.). *Literaturas em movimento – hibridismo cultural e exercício crítico*. São Paulo: Arte & Ciência, Via Atlântica, 2004, p. 200-1.

21 “Novelists did not draw from other novels alone for stylistic norms, because novels did not occupy a space of aesthetic autonomy that would ensure that borrowing remained within the boundaries of the genre. Though individual novelists would name specific influences and stylistic aspirations, the contradictory and relatively new location of colonial literary aesthetics also determined how the question of form was decided. [...] Novels were not however, concealed workshops for theories of cultural nationalism. [...] Within a colonial situation, where the autonomy of literary representation is moot, colonial ethnography may have provided the dominant narrative form that informed practice in various realms.” Rochelle Pinto. *Between empires – prints and politics in Goa*. New Delhi: Oxford University Press, 2007, p. 196 e 199.

escrita etnográfica para construir uma etnografia crítica antibramânica da Índia, endereçada a um círculo restrito de goeses”.²² Na sequência, a autora demonstra a recorrência de metáforas botânicas, médicas e etnográficas no decorrer do romance, a estratégia da comparação etnográfica entre as culturas europeia e indiana, o emprego político da Rebelião de 1857, tudo corroborando para um duplo diálogo dirigido a colonizadores e colonizados: “os primeiros foram instados a cumprir uma agenda do Iluminismo, que já haviam começado, os últimos foram advertidos sobre as consequências de sua desunião”.²³

Concordamos fortemente com a dupla interlocução do texto e com a incorporação formal do discurso etnográfico na elaboração do romance, pois, como mencionamos, havíamos refletido no mesmo sentido acerca da incorporação do discurso sociológico e cultural na caracterização do romance dito colonial.

Todavia, na interlocução que o texto estabelece com os goeses, o sentido político do alerta que Gomes dá à elite goesa sobre sua desunião nos parece ser outro. Não se trata de tomar a Rebelião de 1857 como um sinal do que virá, numa perspectiva, portanto, revolucionária no sentido da futura União Indiana, mas sim como uma consequência de uma forma de colonização inadequada promovida pela Inglaterra. Ao tratar da referida revolta, o narrador diz explicitamente:

Portugal converteu uma parte da Índia à religião católica, com os braços dos seus soldados, com o sangue dos seus mártires, como os milagres dos seus santos, e com as fogueiras de sua inquietação. Os vencidos nessa luta ficaram sendo cristãos e portugueses. A Inglaterra pode imitar o exemplo, menos quanto a força, por que não deve, nem a teria suficiente para coagir cento e cinquenta milhões de habitantes.²⁴

Esse trecho é seguido pelo elogio às estratégias empregadas pelos jesuítas como forma exemplar de conversão. Há, portanto, uma concepção de colonialismo português implícita em todo o livro: ainda que episodicamente violento, ele se caracterizaria por ser católico, agregador, contrário às discriminações de raça e de casta.

22 “[...] the structure and the form of the novel drew from the dominant print genres of historical and ethnographic writing validated by the Goan elite [...] [the novel] could read as a text which employed the strategies of ethnographic writing to construct a critical anti-brahmanial ethnography of India, addressed to a inner circle of Goans.” Pinto, op. cit., p. 202.

23 “[...] the former were urged to fulfill a agenda of enlightenment which they had begun, the latter were warned of the consequences of disunity.” Idem, p. 206.

24 Gomes, op. cit., p. 183.

A administração portuguesa e a jesuítica seriam referências modelares no que concerne aos fundamentos de uma sociedade liberal e igualitária. O alerta que envia aos goeses é para que se deem conta de que o modelo de colônia em que viviam era melhor do que aquele implantado no restante da Índia, segregacionista e racista, tal qual o bramanismo mais ortodoxo do Norte da Índia ou o imperialismo britânico.²⁵ Se a elite goesa, constituída de brâmanes, *chardós* e hindus, assimilasse sem resistência o modelo colonial português e se unisse em torno de seu propósito civilizador, então todos poderiam progredir no sentido do que Gomes considerava de fato progresso, isto é, o progresso material e econômico (que tinha por paradigma o império britânico) associado ao progresso moral e social (que tinha seu modelo na mentalidade católica portuguesa). Não se tratava de união no sentido de se alcançar a independência política de Goa ou da Índia, mas no sentido de alcançar a independência financeira e civilizatória dessas localidades – com tudo que esse adjetivo implica na mentalidade europeia do século XIX.

Portanto, ainda que contestando o colonialismo britânico, Gomes referenda quase na íntegra o colonialismo português junto às elites goesas. Certamente isso contribuiu para que o texto não tivesse grande repercussão junto àquela elite, que, desde meados do século XIX, via a metrópole abandonar mais e mais a colônia à própria sorte. Sua publicação em 1928 coincide com a emergência do Estado Novo e, portanto, com a abertura do horizonte de uma atitude mais proativa do Estado português em relação às colônias. O texto de Gomes seria, nesse contexto, consoante à empreitada neocolonialista de Salazar.

Ao que nos parece, o esforço de Rochelle Pinto é o de identificar os elementos que demonstram a adesão de Gomes a seu lugar e povo de origem, ainda que tenha sido um caso exemplar de goês assimilado. Compartilhando dessa perspectiva, acreditamos, no entanto, que isso aparece no romance à revelia da vontade do autor, a partir daquilo que Homi K. Bhabha²⁶ designa por ambiguidade do discurso colonial. Entendemos que em *Os brahmanes* há uma denúncia involuntária do próprio escritor, e não do narrador, acerca da violência do processo colonial.

Para que Magnod se transforme em um cristão, é necessário que perca sua casta, torne-se um homem sem nenhum princípio moral ou ético, cometa os crimes mais

25 A presente reflexão sobre o texto de Rochelle Pinto deve muito à troca de correspondência com Everton Machado.

26 BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 133.

hediondos e somente depois seja convertido ao cristianismo. Essa descida aos infernos do protagonista e sua redenção final acabam por encenar a violência implicada no processo de constituição da identidade do assimilado.

Se o sentimento de vingança que move Magnod por quase toda a narrativa impede que o leitor se identifique com ele de forma direta, pois esse sentimento é tratado de forma rebaixada, ao leitor fica reservada sempre a possibilidade de penalizar-se com a situação do protagonista, pois Magnod só ultrapassa a condição de sujeito vitimado pelo poder do colonizador quando se converte ao cristianismo e é batizado com o nome de Roberto Davis, isto é, quando se transforma no próprio colonizador. **É** a encenação do processo de aniquilação de uma identidade e de sua substituição por outra considerada melhor. Em analogia com a purgação religiosa medieval do período dos mártires, isso seria exemplar e admirável, mas estamos no século XIX, imbuídos pelas ideias de liberdade de culto, de exploração do trabalho em escala mundial, do crescimento do imperialismo europeu no mundo, do qual o próprio Gomes revela plena consciência no livro,²⁷ o que faz com que esse percurso, ainda que visando ao que se entendia ser o progresso, pudesse ser lido também como autoritário, injusto, desumano.

Consideramos que é justamente esse “ruído na comunicação” da tese liberal e cristã defendida por Gomes que revela sua consciência da violência da empreitada colonial e sua consequente e involuntária denúncia. O sentido político de sua tese, portanto, de defesa do modelo de progresso moral e social português e do modelo de progresso material e econômico inglês fica afetado pela violência nele implicada, desvendando, assim, a adesão ao lugar social e histórico de sua enunciação.

Por que estudar *Os brahmanes*?

A importância de estudar *Os brahmanes* se relaciona com o lugar que o romance ocupa entre as literaturas de língua portuguesa e, sobretudo, com as formas e os conteúdos que veicula.

27 Tomando os europeus como os brâmanes do planeta, o narrador diz: “A Europa pesa sobre a Ásia e a América, e todas pesam sobre a pobre África. Não há barões nas nações, mas há nações barões. Eis aí a diferença entre a idade média e o século XIX. As raças pretas da África são os párias dos brahmanes da Europa e da América”. GOMES, Francisco Luís, op. cit., p. 135.

Os brahmanes encontra-se num lugar privilegiado entre as histórias das literaturas de língua portuguesa, já que se situa entre aquilo que se convencionou designar por Oriente e Ocidente e, portanto, apresentando-se como matéria propícia à reflexão acerca dessa cisão assiduamente trabalhada e questionada por Edward Said,²⁸ ou por seus críticos, como Aijaz Ahmad²⁹ ou Ian Buruma e Avishai Magalit,³⁰ entre tantos outros. Esse lugar intermediário, mas também lateral em relação aos grandes centros literários, conduz à reflexão acerca de todos aqueles temas que envolvem o crescente estreitamento das relações econômicas, políticas, culturais, religiosas em todo o planeta.

Apesar de apresentar uma forma até certo ponto convencional, revela, como já observado, algumas características que são peculiares à forma dos romances que tratam do espaço colonial. No caso da literatura goesa de língua portuguesa, *Os brahmanes* emprega alguns procedimentos que serão recorrentes em textos posteriores e que, se não são exclusivos da literatura goesa, ao menos ganham um peso ali que não têm em outras literaturas. Tais constatações permitem que repensemos o seu lugar no cânone de língua portuguesa a partir de questionamentos que poderiam ser secundários na época de sua publicação, mas hoje tomaram o centro do debate literário e intelectual: a relação entre centro e periferia, a sobreposição dos sistemas literários nacionais, a ideia da constituição de uma cultura e literatura mundializadas, a possibilidade de se elaborarem cânones concorrentes ao cânone hegemônico, a flexibilidade cultural da forma do romance e, mais amplamente, os modelos segregacionistas e agregacionistas de políticas de Estado, as complexas relações entre identidade nacional e identidade religiosa, o avanço do capitalismo globalizado e sua relação com as culturas locais, entre outros questionamentos que o texto inspira. Na introdução que faz ao livro, Francisco Luís Gomes afirma que seu romance “é uma colecção de artigos escritos a lápis”, sugerindo que a obra seria a recolha de diversos textos jornalísticos, tratando de vários temas, escritos de maneira informal. Talvez essa seja de fato uma boa definição para seu texto, pois ela nos remete a muitas questões que certamente geraram alguma polêmica no século XIX, mas que passaram a constituir

28 SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

29 AHMAD, Aijaz. *Linhagens do presente*. Trad. de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2002.

30 BURUMA, Ian; MAGALIT, Avishai. *Ocidentalismo: o Ocidente aos olhos dos seus inimigos*. Trad. de Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

um dos cernes do debate intelectual do século XXI. Afinal, à exceção das elites que se beneficiam com o que se designa genericamente de “globalização”, quem hoje em dia pode afirmar que não se reconhece de alguma forma no percurso das profundas perdas de Magnod?

Helder Garmes é professor de literatura portuguesa e estudos comparados de literaturas de língua portuguesa, autor de *Romantismo paulista* (Alameda Casa Ed., 2006) e organizador do volume *Oriente, engenho e arte* (Alameda Casa Ed., 2004).